



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 044

**A DIVERSIDADE ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: NOVOS SUPOSTOS DE POLÍTICA E
PLANEJAMENTO AGRÍCOLA PARA A AMAZÔNIA**

Francisco de Assis Costa

Belém, Junho de 1995

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 044

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

DIVERSIDADE ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOVOS SUPOSTOS DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA PARA A AMAZÔNIA

Francisco de Assis Costa¹

Resumo:

O processo de privatização das terras da Amazônia nas últimas décadas fez-se por agentes com características sociológicas e econômicas distintas. Na região, estabeleceram estruturas diferenciadas a partir de diferentes formas de apropriação da terra e dos recursos da natureza e de diferentes relações sociais estabelecidas na exploração da terra e dos recursos da natureza. As especificidades daí resultantes não são triviais nem para o estabelecimento de bases para uma sociedade verdadeiramente plural nem tampouco para o desenvolvimento sustentável, isto é, para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente equânime e ecologicamente prudente. Devem ser, portanto, estabelecidas, contextualizadas, investigadas.

Palavras-chave: Planejamento regional. Amazônia.

¹Economista, professor e pesquisador do NAEA e da UFPa.

1. Introdução

As formulações teóricas que embasaram o planejamento regional na Amazônia nos anos sessenta e setenta apresentavam uma primeira característica: a forte influência de uma discussão marcada pela ênfase nos efeitos perversos dos mecanismos de mercado na formação das desigualdades regionais - a partir de modelos de análise centro-periferia (Frank, 1980) - e pela crença na reversão das desigualdades por *mecanismos compensatórios* indutores de causações cumulativas inversas ao "círculo vicioso da pobreza" (Myrdall, 1972) e formadores de *linkages* positivos (Hirschman, 1961) resultantes da ação do estado nacional. Este, suposto neutro, trataria da institucionalização de racionais políticas de modernização regional - conduziria o planejamento regional a partir da razão pura, com o fim da harmonia: o autoritarismo se justificaria ao se impor com tal propósito². Uma segunda característica configura-se pelo empenho na utilização dos argumentos das teorias econômicas e sociológicas, menos com intuítos de desvendamento da natureza eventualmente peculiar das estruturas regionais e mais como fundamento normativo de intervenção. A postura resultava da pré-definição como arcaicas, das formas estabelecidas de organização econômica e social, em particular das associadas ao agrário. As quais, assim, não justificariam *investigação quanto à essência*. Comportariam, apenas, *classificação quanto ao grau* do atraso, para adequação da forma (das normas, legítimas por definição) da sua erradicação.

A ditadura militar atuou segundo a sua "leitura" do que seria "compensar" a Amazônia. Prometeu o desenvolvimento pela formação de grandes ondas de efeitos concatenados (*linkages*) para frente e para trás decorrentes de *impactos fortes* provocados por polos (grandes massas espacialmente concentradas de investimentos) de desenvolvimento.

Tal estratégia consistiu, quanto à atividade industrial, em pautar o desenvolvimento no desmonte de ilhas de sintropia (Bunker, 1985) naturalmente estruturadas na forma de grandes ocorrências minerais e madeireiras.

Quanto à questão agrária, a opção pelos *grandes impactos* ajustou-se a dois princípios da economia neoclássica. Primeiro, o de que o desenvolvimento econômico seria maximizado ao se basear numa *função de produção* adequada ao desequilíbrio na dotação de fatores peculiar à região; isto é, conjugasse abundância de terras com escassez de trabalho e capital³. Segundo, o de que o desenvolvimento e modernização do conjunto da agricultura brasileira dependeria do desenvolvimento da sua "margem extensiva": quanto maior o peso desta na produção total, tanto menor a intensificação

2 Em texto de 1978 escrevia Armando Mendes: "A eutanásia do federalismo, a que assistimos, não é um mal tão irremediável se ele se converter em caminho para a correção das disparidades regionais" (Mendes, 1978:22)

3 Esta é a conclusão das diversas abordagens neoclássicas sobre desenvolvimento agrícola regional. A formulação de Haiaymi e Ruttan (1985), mais recentemente apresentada, nos parece a mais representativa, completa e acatada a esse respeito .

no uso da terra e do trabalho na terra. Implica, tal postulado, que quanto mais significativo o desenvolvimento da agricultura por inclusão de terras novas, tanto menores os graus de intensificação e tecnificação possíveis em terras de colonização antiga⁴.

Buscou-se a conjugação destes princípios de racionalidade econômica por uma estratégia *política* que subordinava o primeiro deles ao segundo: a função de produção do empreendimento privado básico a fundamentar o desenvolvimento de novas fronteiras deveria favorecer o controle sobre a margem extensiva da agricultura e, assim, estimular o estabelecimento de uma função de produção capital-intensiva nas áreas de colonização antiga do país. A pecuária de grande porte mostrava-se, assim, duplamente positiva: poderia adequar o uso de grandes extensões de terras com um mínimo de trabalhadores e tolher a expansão da agricultura tradicional de terras novas (a expansão da fronteira agrícola - um fato estrutural relevante do desenvolvimento agrícola brasileiro desde os anos vinte, uma vez que central no abastecimento de produtos de mercado interno) garantindo mercado para a intensificação da produção de arroz, milho, feijão e mandioca em áreas antigas. A grande *plantation* cumpria parte da tarefa, sendo limitada, contudo, por ser trabalho-intensiva. Conformou-se, a partir daí, a política de incentivos fiscais que, em conjunto com uma política de terras favorecedoras das grandes apropriações, imprimiu características próprias à fronteira agrícola na Amazônia a partir da segunda metade do anos sessenta (Conf. Costa, 1989:298-322).

Tal lógica, cristalina no seu formalismo, privilegiava forças não explicitadas. Otávio Ianni (1978 e 1979) viu nela a roupagem de um projeto de expansão do capital monopolista (Baran e Sweezy, 19), uma vez que, agora, com o regime de exceção, os interesses dessa forma de capital penetravam fundo o próprio aparelho de estado. A racionalidade da intervenção na região ajustava-se, assim, alertava o autor, ao caráter de classe do Estado - não a uma sua suposta condição de árbitro isento e neutro frente às desigualdades que pretenderia dirimir. O projeto aí privilegiado se chocava, ademais, na disputa pela terra (Ianni, 1978), tanto com formas de produção pré-existentes na região, resultantes dos processos históricos de sua formação econômico-social, quanto com o campesinato mais recentemente em expansão na fronteira agrícola.

A partir dos resultados de pesquisas recentes é possível estabelecer que a estratégia da ditadura desenvolveu-se 1) afirmando, embutida no "pacote tecnológico" que viabilizou, uma função de produção favorecedora da manutenção e mesmo ampliação na Amazônia do elevado grau de concentração da estrutura fundiária vigente nas áreas antigas do país e 2) estendendo para a Amazônia métodos e técnicas de produção geradas em outras realidades, não testadas às condições peculiares da região; 3) atrelando grandes frações de capital industrial, comercial e bancário ao estabelecimento das relações de propriedade na fronteira e assim 3) reafirmando o papel da grande propriedade fundiária

4 Ver as considerações a respeito dessa relação em Mueller e Penna (s. d.) e (1981 b).

como forma de apropriação da riqueza social no conjunto do Brasil (Costa, 1991); 4). Considerada por uma outra perspectiva, tal política agrária e agrícola colocava-se no sentido de negar um papel significativo ao campesinato como um dos fundamentos do desenvolvimento industrial-capitalista e, portanto, punha-se contra as teses propugnadas por amplos setores da sociedade civil nos anos cinquenta e sessenta, quando então se defendia largamente a necessidade de uma reforma agrária com o duplo papel de expandir a oferta de alimentos para os setores urbanos em rápido crescimento e de criar base de mercado para a própria continuidade da industrialização (Linhares e Silva, 1981).

Várias das discussões relevantes sobre a Amazônia, no contexto dos debates patrocinados pelas ciências sociais e pela economia política, estiveram referidas a esse quadro: fizeram-se, de um lado, no sentido de compreender a presença, o significado e a trajetória do campesinato no País e o papel aí desempenhado pela "fronteira" amazônica; de outra parte, são produções teóricas que evoluíram como lances de um embate muito particular entre forças sociais que buscavam obscurecer uma classe social (aquela fundada na produção familiar na agricultura) - para agir, por razões diversas, como se ela não existisse e para sua extinção -, e segmentos que procuravam demonstrar as potencialidades dessa mesma classe social, demonstradas na história de tantos países, como sujeito na construção de sociedades mais justas.

A primeira metade dos anos oitenta assiste a crise terminal da ditadura. Na Amazônia ficam expostas as marcas do fracasso do seu projeto para o desenvolvimento regional com base na grande pecuária incentivada (ver Hecht, s.d.; IPEA-COMIF, 1986; Costa, 1989). Tal fracasso, e o processo de abertura política que se viveu até a liberalização hoje vigente nas diversas instâncias formais de poder, não levou à cabal reformulação das concepções de intervenção do Estado na questão agrária. Permitiu, contudo, um retorno das elites locais às benesses dos incentivos fiscais, processo que se faz no bojo do que em outro lugar chamei de *reoligarquização* da política regional (Costa, 1992). Nos anos noventa, na esteira da ideologia neo-liberal que tem orientado a reestruturação do Estado, discute-se refazer os termos da interpretação cartesiana que serviu de norte à ação do Estado forte do regime de exceção. Agora, trata-se de se retirar todo e qualquer suporte ou incentivo à agropecuária regional para otimizar, pela concorrência, os resultados globais da produção. Esta noção converge com as reivindicações preservacionistas aportadas no país e na região desde a década anterior e com as posições político-institucionais que têm predominado na esquerda, impregnada que está por uma análise economicista fortemente marcada por um estruturalismo imobilizante. Tais convergências voltam a colocar em xeque o campesinato agrícola na região, reafirmando, destarte, a mesma perspectiva reinante na ditadura.

Pois:

1) O economicismo estruturalista, reduzindo a noção de eficiência àquela utilizada por uma configuração específica da relação cidade/campo produzida, no caso brasileiro, por um projeto

autoritário de modernização da agricultura com base na viabilização da propriedade latifundiária, na formação do trabalho volante, na homogeneidade biológica, na viabilização da indústria de insumos mecânicos e químicos e na grande agro-industrialização⁵, bloqueia a visão de alternativas que melhor poderiam contribuir para a saída das diversas crises em que se debate o país. Ou, quando tais alternativas são apresentadas pela prática social real, as desqualifica como anacrônicas, fundamento da pobreza, fadadas ao declínio. Assim, o que enquadra-se na configuração dos chamados Complexos Agro-Industriais (CAI's) pertence ao futuro. O *resto*, não tem papel num programa que queira pleitear eficiência econômica, devendo, o seu tratamento como indigente ser debitado aos custos do progresso.

2) O ecologismo aportou na Amazônia com forte matiz conservacionista. Avaliou as estruturas existentes pelo ângulo estrito das respectivas relações com a natureza, separando as que têm o ecossistema originária como seu objeto de trabalho (e, assim, seriam estrutural e culturalmente conservacionista), daquelas que, ao contrário, transformam a natureza no seu processo produtivo e reprodutivo. Assim, elegeu índios e camponeses extrativistas como seus parceiros naturais e condenou os camponeses agrícolas juntamente com a grande agricultura.

A junção destes critérios tenderá a excluir *a priori* as estruturas camponesas agrícolas, condenadas *em bloco*, por uns como ineficientes, por outros como depredadoras. Tal condenação, de um lado contraria possibilidades não desprezíveis dessas estruturas se constituírem em via alternativa de eficiente desenvolvimento agrícola regional (como se procurará demonstrar mais adiante); de outro, confirma o rumo da reoligarquização em curso e as dinâmicas de concentração da propriedade da terra, sem qualquer garantia preservacionista. Igualmente, ao prevalecer a noção de moderno do industrialismo de braços com o *laisse faire* neoliberal tenderá a se afirmar, acriticamente (e precisamente aqui está o problema), como redentora do agrário na região a expansão para a Amazônia do CAI que se firmou no sudeste do País. Por seu turno, ao ecologismo importa a sobrevida do extrativismo de coleta e suas estruturas consideradas salutarmente inertes nos sempre lembrados séculos de reprodução.

Tais movimentos tendem já agora a conformar, na prática, a ação institucionalizada (governamental e não governamental) que no conjunto constitui a política agrícola não explicitada para a região. E, por confirmarem na essência as relações consolidadas pelo capitalismo autoritário brasileiro, profundamente injusto e desigual (qualificativos que temos, hoje mais que nunca, lembrar), ao se afirmarem no futuro como consubstanciadoras de ações de política regional, imporão limites graves aos objetivos de consolidação democrática e de recolocação das bases de um novo

5 "Chama-se modernização agrária a interação entre industrialização do campo e agroindustrialização" Müller, 1987:7-8). Ou, "...a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência internas na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais" (Graziano da Silva, 1994:137).

desenvolvimento econômico - agora, espera-se, com maior grau de equanimidade social e prudência ecológica.

Pois tais necessidades exigem uma relação estado nacional/sociedade civil na região que se faça por um projeto que, antes tudo, viabilize a emancipação dos subalternizados. Nesse sentido, deve conciliar o objetivo de contribuir para erradicar a miséria rural e urbana com o de atuar na constituição de uma cultura política democrática, associando assim uma necessária natureza econômica - expressa no propósito de efficientizar por mecanismos ecologicamente sustentáveis e socialmente equânimes o suprimento de bens indispensáveis à existência de todos - à necessidade política de construção da cidadania das grandes massas, no campo e na cidade.

Para construir tal possibilidade é necessário antes de tudo destacar a diversidade estrutural que conforma o agrário na Amazônia para perceber suas contradições, conflitos, potencialidades e limites. A partir daí é possível pensar uma interação reformadora entre Estado e sociedade na Amazônia - na qual, uma nova perspectiva de política e planejamento agrícolas poderá ser vislumbrada.

É nesse campo que este trabalho pretende contribuir. No primeiro capítulo pretende-se precisamente distinguir as estruturas fundamentais no agrário regional por critérios operacionalizáveis frente a empiria disponível; o segundo procura verificar as dinâmicas próprias de cada uma delas no contexto da evolução das variáveis de desenvolvimento do setor rural; no terceiro se procura analisar a consistência das tendências macro e compreender as determinantes das diversidades locais e microrregionais; por último propomos uma nova postura de planejamento e formulação de políticas agrícola.

2. As estruturas fundamentais do agrário regional

O processo de privatização das terras da Amazônia nas últimas décadas fez-se por agentes com características sociológicas e econômicas distintas. Na região, estabeleceram estruturas diferenciadas a partir de diferentes formas de apropriação da terra e dos recursos da natureza e de diferentes relações sociais estabelecidas na exploração da terra e dos recursos da natureza. As especificidades daí resultantes não são triviais nem para o estabelecimento de bases para uma sociedade verdadeiramente plural nem tampouco para o desenvolvimento sustentável, isto é, para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente equânime e ecologicamente prudente. Devem ser, portanto, estabelecidas, contextualizadas, investigadas.

Iniciaremos, nesse intuito, por inferir qualidade a partir dos dados quantitativos do Censo Agropecuário no que diz respeito às relações de produção que vinculam-se aos diversos estratos de área total dos estabelecimentos. Para tanto, associamos tais grupos de área aos dados relativos às categorias de pessoal ocupado e de administração do estabelecimento. Para o conjunto da Região

Norte⁶ o resultado segue na Tabela 1, abaixo, onde se tomou, numa categoria "Assalariados", a soma⁷ das duas formas assalariadas (permanente e temporária) presentes no Censo e designou-se "Trabalho Familiar" para os valores que no Censo se encontram sob a rubrica "Responsável e Membros não Remunerados da Família".

Nos estratos de área até o intervalo 100 a menos de 200 hectares a participação da força de trabalho familiar varia de 99 a 92%, sendo que o assalariamento permanente atinge um máximo de 3%. Torna-se evidente, pois, que domina nesse espectro de estabelecimentos que vão de uma área média de 0,5 a 114 ha as relações sociais típicas das unidades camponesas nas definições mais aceitas⁸. No estrato de área seguinte (entre 200 e 500 ha), reduz-se fortemente o número de estabelecimentos, eleva-se abruptamente a área média para 278 ha e cai não menos fortemente a proporção do uso da força de trabalho familiar em 18 pontos de percentagem, para 74%, indicando uma mudança estrutural. A presença da força de trabalho familiar continua reduzindo drasticamente observando-se nova inflexão no estrato de área de 5.000 a menos de 10.000 ha, em que torna-se bastante reduzida (15%) tendendo a insignificante nos estratos de área seguintes, nos quais vigora predominantemente o trabalho assalariado.

6 Compreende os estados do Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá. Já apliquei, em outro trabalho (Costa, 1992), a mesma metodologia unicamente para o Estado do Pará

7 A rigor essa soma não pode ser feita, pois se desconhece o quanto cada unidade de pessoal ocupado na forma de "trabalho temporário" efetivamente trabalhou. Na medida em que cada unidade de trabalho assalariado temporário significa sempre menos que uma unidade de trabalho assalariado permanente, a soma das duas formas de assalariamento será sempre uma sobrestimação quanto ao uso do assalariamento.

8 A discussão sobre os traços particulares das formas camponesas de produção no capitalismo tem apresentado controvérsias teóricas. Frank Ellis fez recentemente um acurado balanço das diferenças. Sentencia, todavia: "It is widely agreed that reliance on family labour is a defining economic characteristic of peasants" (Ellis, 1988:8). Neste particular sentido, seu estudo convalida as perspectivas de, entre outros, Tschayanow (1923), Shanin (1971) e Tepicht (1973).

Tabela 1- Média da área, forma de trabalho e de administração dos estabelecimentos por estratos de área, Região Norte, 1985.

Estrato de Area	Média do Estrato	Nº de estabelecimentos	Area Total (ha)			Assalariados			Administração	
				Pessoal ocupado	Trab. Familiar	Perm.	Temporário.	Total	Produtor	Gerente
< 1	0	16.366	8.147	60.092	99%	0%	1%	1%	99%	1%
1 a <2	1	24.747	33.348	90.541	99%	0%	1%	1%	99%	1%
2 a <5	3	70.849	225.496	278.736	98%	0%	1%	2%	99%	1%
5 a <10	7	52.239	349.832	224.947	98%	0%	2%	2%	99%	1%
10 a <20	13	63.453	829.060	279.407	97%	1%	3%	3%	99%	1%
20 a <50	30	107.483	3.269.947	481.841	96%	1%	3%	4%	98%	2%
50 a <100	67	76.772	5.128.348	352.200	94%	2%	4%	6%	98%	2%
100 a <200	114	60.880	6.954.036	283.755	92%	3%	6%	8%	96%	4%
0 a <200	36	472.789	16.798.214	2.051.519	96%	1%	3%	4%	98%	2%
200 a <500	278	14.475	4.028.338	76.101	74%	9%	16%	26%	89%	11%
500 a <1.000	658	3.476	2.287.675	24.394	58%	18%	24%	42%	79%	21%
1.000 a <2.000	1.368	2.275	3.111.513	20.721	43%	31%	26%	57%	63%	37%
2.000 a <5.000	2.829	2.013	5.695.752	26.249	27%	43%	30%	73%	44%	56%
200 a <5.000	680	22.239	15.123.278	147.465	59%	20%	21%	41%	81%	19%
5.000 a <10.000	6.708	319	2.139.796	6.625	15%	42%	43%	85%	40%	61%
10.000a <100000	23.024	254	5.848.067	10.864	10%	57%	33%	90%	24%	76%
>100.000	265.146	20	5.302.924	3.456	2%	95%	3%	98%	10%	90%
5.000 a <100.000	22.413	593	13.290.787	20.945	11%	58%	31%	89%	32%	68%
TOTAL	91	495.621	45.212.279	2.219.929	93%	3%	5%	7%	97%	3%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuários de 1985.

Este último grupo de estratos de área caracteriza-se não apenas por obter o trabalho direto basicamente no mercado de trabalho mas também pelo fato dos estabelecimentos serem administrados predominantemente por gerentes e administradores. A identificação de familiares, mesmo que no exercício de atividades de gestão das unidades torna-se uma exceção. Diremos que neste grupo encontram-se os grandes latifúndios empresariais⁹. O grupo intermediário aponta para estruturas mistas, onde a presença do grupo familiar responsável é dominante, tanto na gestão quanto em outras atividades de caráter produtivo mais direto, perdendo significado apenas relativo - na medida em que a

9 Em outros trabalhos chamei este grupo de *grandes empresas latifundiárias*. Mudo agora a designação para *grandes latifúndios empresariais* para realçar melhor uma característica que compreendo fundamental: o critério empresarial e exterior ao estabelecimento, do uso ou não uso da terra. Assim, uma grande extensão de terras improdutivas, que poderia ser associada a proprietários atrasados, pode resultar de avaliação absolutamente moderna de garantias de ativos. O estabelecimento em si não seria uma empresa (daí o problema da designação que usei anteriormente) mas resultaria de um racionalidade empresarial.

unidade cresce - em relação a força de trabalho contratada. Nesse grupo encontramos as características da fazenda¹⁰. Os grandes latifúndios empresariais e as fazendas têm em comum estarem fundamentadas numa relação de propriedade que supõe a terra como fonte de riqueza: ou enquanto um meio de produção a ser acionado na obtenção de lucro operacional (o que se gera pela captação de mais valia no processo produtivo) ou enquanto forma de acesso a rendas sociais, captadas no Brasil por peculiares mecanismos manejados pelo Estado; os une, enfim, o sentido capitalista da propriedade da terra com as nuances que essa noção adquire no capitalismo autoritário brasileiro¹¹. Os diferencia, entretanto, o grau de essencialidade que a terra e a atividade na terra tem para as categorias sociológicas que lhes são inerentes. Praticamente todo poder econômico e político dos fazendeiros deriva da terra e sua reprodução social enquanto fração de classe dominante está a esta associada. As grandes apropriações e os empreendimentos agropecuários gigantes, aqui agrupadas sob a designação de grandes latifúndios empresariais, por seu turno, no geral têm a importância de uma filial ou de outra alternativa qualquer no *portfólio* de inversões de um grupo econômico, e os critérios de alternância dessas fontes de valorização de capital obedecem à racionalidade meramente financeira. Neste caso, tanto comprar terras, quanto vendê-las, e nelas desenvolver atividades produtivas ou não, são atos que não se distinguem, na sua essência, de operações na bolsa de valores. As formas de atuação política de uns e outros variam essencialmente: os fazendeiros com uma atuação mais local e as empresas latifundiárias, uma vez que resultantes de ramificações de empresas maiores, urbanas e, em muitos casos, de atuação nacional, extra-local.

Os camponeses distinguem-se de ambos os grupos acima por se estabelecerem como proprietários ou ocupantes de terras com base em critérios produtivos e reprodutivos onde a família se coloca como o parâmetro inicial decisivo: como a fonte fundamental de força de trabalho e como unidade de consumo que requer, para sua reprodução, o preenchimento de um certo orçamento (Tepicht, 1973). Se, de um lado, é verdade que a perspectiva de lucro está no horizonte camponês, é, por outra parte, não menos verdade que a ausência deste, mesmo por períodos muito longos, não o impele a romper com sua condição, uma vez que a reprodução familiar esteja sendo atendida. Vender a terra, fato que também faz parte do universo camponês, não é um mero momento de prevalência de racionalidade

10 Que não se confunda estas noções com o conceito de "empresário rural" estabelecido pelo Estatuto da Terra.

11 José de Souza Martins, que já desenvolvera a categoria "terra de negócio" (Martins, 1980; para uma análise crítica da categoria ver Costa, 1984) para as diversas formas de apropriação capitalista da terra, vem propondo uma noção de autoritarismo para o capitalismo brasileiro que aqui nos é de grande utilidade. Formulando ele mesmo em nota de rodapé de artigo recente suas diferenças em relação a Otávio Guilherme Velho e Joe Foweraker diz: "Ambos os autores põem a ênfase de sua interpretação na abundância de terras 'livres' como fator das formas coercitivas de trabalho *nessa região*. Minha interpretação não a exclui. Porém, penso que o autoritarismo político, no Brasil, se apóia numa mediação mais ampla, que mescla lucro com renda fundiária. (...) Por isso, a reprodução ampliada do capital não se dá num quadro de liberalismo econômico e, conseqüentemente, político." (Martins, 1989).

econômica; é, sobretudo, momento de ruptura cultural, de salto no vazio. Por isso, sempre resultado de uma grave situação.

Há, contudo, considerações a serem feitas no que se refere à menor ou maior exatidão dos limites entre as categorias.

Um exame da Tabela 2 certamente nos ajudará nesta tarefa. A distinção entre estabelecimentos camponeses e fazendas, marcada pela queda abrupta entre a média de utilização de força de trabalho familiar (e conseqüentemente de uso de trabalho assalariado) e pela forte elevação da participação dos gerentes, faz-se mais forte, em comparação com a média regional, nos estados do Amapá, Pará e Rondônia. As diferenças não são tão acentuadas em Roraima e no Amazonas e são muito pouco nítidas no Acre. Neste último estado pode-se dizer com segurança que as características de fazenda só se manifestam a partir do estrato de área de 1.000 a menos de 2.000 hectares. A rigor, portanto, pode-se encontrar nesse estado unidades camponesas com extensões elevadas, podendo atingir até mais de 500 hectares. Seguindo os números do censo de 1985, haveriam, ali, 3.880 estabelecimentos camponeses com média de 261 ha e 431 com média de 639 hectares.

As diferenças entre os latifúndios empresariais são (feita a menção à menor diferença em Roraima), no que respeita o uso do trabalho familiar (ou assalariado) e as características de gestão, igualmente nítidas para todas os estados.

Tabela 2- Média da área, forma de trabalho e de administração dos estabelecimentos por estratos de área, Região Norte e estados, 1985.

Estrato de Área	Média do Estrato	Nº de estabelecimentos	Área Total (ha)			Assalariados			Administração	
				Pessoal ocupado	Trab. Familiar	Perm.	Temporário.	Total	Produtor	Gerente
0 a < 200	36	472.789	16.798.214	2.051.519	96%	1	3	4	98	2
200 a < 5.000	680	22.239	15.123.278	147.465	59%	20	21	41	81	19
5.000 a < 100.000	22.413	593	13.290.787	20.945	11%	58	31	89	32	68
Total Região Norte	91	495.621	45.212.279	2.219.929	93%	3	5	7	97	3
0 a < 200	34	242.768		1.098.767	95%	1	4	5	97.6	2.4
200 a < 5.000	866	9.580	8.157.214	85.573	49%	25	25	51	74	26
5.000 a < 100.000	22.733	364	8.295.695	15.068	10%	61	29	90	38.6	61.4
Total (Pa)	98	252.712	24.727.823	1.199.408	91%	4	5	9	97	3
0 a < 200	72	30.420	2.201.115	96.956	97.5%	0.9	1.6	2.5	97.6	2.4
200 a < 5.000	384	4.585	1.762.854	16.781	90%	4.5	5.4	10	94.1	5.9
5.000 a < 100.000	28.882	44	1.270.790	1.243	7.1%	41.8	51.1	92.9	38.6	61.4
Total (AC)	149	35.049	5.234.759	114.980	95.4%	1.9	2.7	4.6	97	3
0 a < 200	45	77.982	3.532.695	304.622	95.5%	1.1	3.4	4.5	98.4	1.6
200 a < 5.000	571	2.579	1.473.356	14.991	49.3%	17.4	33.3	50.7	78.7	21.3
5.000 a < 100.000	19.011	54	1.026.590	1.796	8.2%	38.3	53.5	91.8	29.6	70.4
Total (RO)	75	80.615	6.032.641	321.409	92.2%	2.1	5.1	7.2	97.7	2.3
0 a < 200	21	112.237	2.325.993	518.219	97%	1	2	3	98.7	1.3
200 a < 5.000	518	3.752	1.943.389	22.685	79%	10	12	21	90.9	9.1
5.000 a < 100.000	28.911	55	1.590.124	1.487	15%	55	31	85	54.5	45.5
Total (AM)	50	116.044	5.859.506	542.391	96%	1	3	4	98.5	1.5
0 a < 200	74	5.166	383.079	14.979	96.8%	1.6	1.6	3.2	96.5	3.5
200 a < 5.000	1.111	1.176	1.306.934	6.229	62.6%	22.7	14.7	37.4	63.7	36.1
5.000 a < 100.000	1.687	43	459.520	394	34.8%	45.9	19.3	65.2	0	0
Total (RR)	337	6.385	2.149.533	21.602	85.8%	8.5	5.7	14.2	30.2	74.4
0 a < 200	47	4.216	198.118	17.976	96.5%	1.5	2.1	3.5	95.2	4.8
200 a < 5.000	601	567	341.050	1.206	46.9%	28	25	53.1	71.8	28.2
5.000 a < 100.000	20.268	33	668.849	957	8.4%	84.5	7.1	91.6	15.2	84.8
Total (AP)	251	4.816	1.208.017	20.139	89.3%	7	3.7	10.7	91.9	8.1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1985.

Tomando as informações da Tabela 3 e relacionando-as com a da Tabela 2, já citada, poderíamos fazer as seguintes afirmações, sabendo que estamos submetidos a uma margem muito pequena de erros: dos 472.789 estabelecimentos entre 100 e 200 hectares os 464.384 administrados pelo cabeça da família (98% do total) são unidades tipicamente camponesas que funcionam com base em 1.964.430 trabalhadores exclusivamente familiares. As tendências apresentadas por esse estrato de área devem, pois, estar associadas às especificidades estruturais e às condições históricas de evolução dessa forma de produção na região amazônica. Do mesmo modo, dos 22.239 estabelecimentos entre 200 e 5.000 hectares 17.965 (81% do total) são fazendas no sentido aqui utilizado e correspondem ao fundamento da existência de igual número de fazendeiros. Por fim, dos 593 estabelecimentos maiores que 5.000

hectares, aqueles administradas por gerente (405 ou 68% do total) são estritamente latifúndios empresariais. Considerando tal peso relativo pode-se afirmar que as tendências associadas a esse estrato são influenciadas decisivamente pelas características desses empreendimentos.

Tabela 3 - Total de pessoal ocupado, relações de trabalho e forma de administração dos estabelecimentos por estratos de área, total da Região Norte e estados, 1985.

Estrato de área	Número de Estabelecimentos	Total de Pessoal Ocupado	Trabalhadores Família-res	Assalariados Per- manentes	Assalariados Temporários	Administra- ção do Produtor	Administra- ção por Gerente
0 a < 200	472.789	2.051.519	1.964.430	22.540	64.549	464.384	8.405
200 a < 5.000	22.239	147.465	86.883	29.053	31.529	17.965	4.272
5.000 a <100.000	593	20.945	2.209	12.211	6.525	190	405
Total R.egião Norte	495.621	2.219.929	2.053.522	63.804	102.603	482.539	13.082

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários.

3. As diferentes estruturas e as tendências do setor rural nos anos oitenta na Amazônia

Entre 1980 e 1985 o valor da produção agrícola na Região Norte cresceu a uma taxa geométrica de 5,7% a.a. O valor da produção pecuária cresceu a uma taxa ainda mais elevada, de 6,2% a.a., de sorte que, no conjunto, a agropecuária cresceu a uma taxa de 5,8% a.a. O valor da produção extrativa, por seu turno, desenvolveu-se a uma taxa negativa de -4,8% a.a. No total, o valor da produção animal e vegetal cresceu a 4% anuais no período.

Os ritmos de crescimento foram, contudo, diferentes quanto ao tipo de produto e quanto às formas de produção (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Região Norte - Evolução da Produção Animal e Vegetal entre 1980 e 1985 por Forma de Produção (Taxas geométricas de crescimento anual)

	Total	Até 200 ha	entre 200 e 5.000 ha	maior que 5.000 ha
1. Nº de Estabelecimentos	4.0 %	4.3 %	0.5 %	-4.3 %
2. Valor da Produção Agrícola	5.7 %	4.9 %	7.6 %	42.3 %
Lavouras Permanentes	15.9 %	14.6 %	19.9 %	60.7 %
Lavouras Temporárias	0.9 %	0.5 %	-1.9 %	35.3 %
3. Valor da Pecuária	6.2 %	4.1 %	10.5 %	2.7 %
4. Extrativismo	-4.8 %	-6.2 %	6.7 %	-11.4 %
5. Silvicultura	29.8 %	-4.8 %	1.0 %	30.7 %
6. Total do Setor na Região Norte	4.0 %	2.5 %	9.1 %	10.5 %

Fonte: Censos Agropecuários 1980 e 1985.

As lavouras permanentes, crescendo a 15,9% a.a., apresentam a maior taxa de crescimento do período. Taxa que, de resto, se explica pelo crescimento deste tipo de lavouras entre os camponeses a um ritmo de 14,6% a.a., considerado o peso da participação relativa destes produtores no valor da produção total das lavouras permanentes (12,2% e 19,8% de todo valor da produção do setor em 1980 e 1985, respectivamente - o que significa 89,7% em 1985 e 84,6% do valor dos produtos oriundos das culturas permanentes naqueles mesmos anos - Conf. Tabela 5). Descontando-se a taxa de crescimento anual do número de estabelecimentos desta categoria de produtores, 4,3% a.a., tem-se um crescimento médio anual da importância econômica das lavouras permanentes por unidade produtiva de 10,3% a.a. O valor da produção provindo de culturas permanentes nas unidades camponesas passa a ser, em 1985, 19,8% de todo valor da produção do setor de produção animal e vegetal regional - quando fora 12,2% cinco anos antes. Também foi forte o crescimento das lavouras permanentes nas fazendas e nas grandes empresas. Não obstante, a participação das culturas permanentes das fazendas no valor da produção do setor mantém-se baixa, apesar de ter dobrado entre 1980 (1,4) e 1985 (2,8%). O mesmo pode ser dito em relação às grandes empresas que saltaram de 0,1 para 0,9% no mesmo período.

A segunda maior taxa de crescimento médio foi a da pecuária, de 6,2% a.a., pela qual foi particularmente responsável o rápido desenvolvimento da pecuária nas fazendas: aí, o valor da produção pecuária por unidade evoluiu a 10% a.a, elevando a participação da pecuária desenvolvida por essas estruturas de 7,7 para 10,4% do valor total do setor. Entre os camponeses o ritmo de crescimento do valor da produção pecuária faz-se praticamente igual ao ritmo da expansão do número de estabelecimentos. É dizer: a importância dos produtos pecuários manteve-se estável para a unidade camponesa média regional, bem como a participação de 12,0% dos produtos pecuários camponeses no valor total da produção manteve-se o mesmo.

As lavouras temporárias, por seu turno, têm crescimento reduzido no período (0,9% a.a.). Somente nas grandes empresas é que apresenta crescimento significativo. Considerando o ritmo de crescimento do número de unidades produtivas verifica-se, na realidade, uma acentuada redução da importância econômica das culturas temporárias entre as unidades produtivas camponesas e nas fazendas.

O valor da produção extrativa reduziu-se drasticamente, como se frisou, para o total da região (a uma taxa de quase cinco por cento) e apenas nas fazendas verificou-se um crescimento positivo em relação a essa categoria de produtos. Assim, a participação da produção extrativa cai entre os camponeses de 19,7 para 11,8% e entre as grandes empresas de 1,2 para 0,5%.

Em resumo: a agricultura tendeu a elevar seu peso relativo no valor da produção animal e vegetal pelo dinamismo das culturas permanentes. Movimentos opostos verificaram-se em relação às culturas temporárias e os produtos extrativos, os quais perderam rapidamente posição econômica na região; quanto à pecuária observou-se dinamismo moderado para o conjunto da produção animal e vegetal.

Tais movimentos assentaram-se predominantemente sobre estruturas camponesas, responsáveis por 79,5% do valor gerado pelo setor de produção animal e vegetal em 1980 e 73,5% em 1985 e secundariamente nas fazendas e grandes empresas latifundiárias (as primeiras com 14,3 e 18% e as segundas com 6,3 e 8,5% de participação respectivamente nos anos de 1980 e 1985).

Tabela 5. Evolução da Composição do Valor da Produção do Setor Rural da Região Norte por Forma de Produção, Tipo de Produto e Unidades Federativas.

	1980				1985			
	até 200 ha	De 200 a 5.000 ha	Maior que 5.000 ha	Total	até 200 ha	De 200/500 ha	Maior que 5.000 ha	Total
Estrutura Relativa em Relação ao Total do Setor								
Agricultura	47.8	4.0	0.5	52.3	49.7	4.8	2.2	56.7
L. Permanente	12.2	1.4	0.1	13.6	19.8	2.8	0.9	23.4
L. Temporária	35.6	2.7	0.4	38.6	29.9	2.0	1.4	33.2
Pecuária	12.0	7.7	4.0	23.7	12.1	10.4	3.7	26.2
Extrativismo	19.7	2.5	1.2	23.4	11.8	2.8	0.5	15.1
Silvicultura	0.0	0.0	0.6	0.7	0.1	0.0	1.9	2.0
Total da R. Norte	79.5	14.3	6.3	100.0	73.5	18.0	8.5	100.0
Estrutura Relativa em Relação à Forma de Produção								
Agricultura	60.1	28.4	7.4	52.3	67.5	26.4	26.5	56.7
L. Permanente	15.3	9.6	1.6	13.6	26.9	15.4	10.4	23.4
L. Temporária	44.8	18.8	5.8	38.6	40.6	11.0	16.1	33.2
Pecuária	15.1	54.2	63.1	23.7	16.4	57.9	44.0	26.2
Extrativismo	24.8	17.2	19.6	23.4	16.0	15.5	6.5	15.1
Silvicultura	0.0	0.2	9.9	0.7	0.1	0.2	23.0	2.0
Total da R. Norte	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Estrutura Relativa em Relação ao Total do Setor								
Amazonas	17.92	2.2	0.2	20.3	17.3	1.4	0.1	18.9
Acre	3.6	1.9	0.4	5.9	3.4	1.2	0.3	4.9
Amapá	0.9	0.2	0.0	1.1	0.6	0.2	0.6	1.4
Pará	48.7	7.6	5.1	61.3	39.7	12.4	6.9	59.0
Rondônia	8.0	1.3	0.4	9.6	12.0	1.6	0.4	13.9
Roraima	0.6	1.0	0.1	1.7	0.7	1.1	0.1	1.9
Total da R. Norte	79.6	14.2	6.2	100.0	73.7	17.9	8.4	100.0
Estrutura Relativa em Relação à Forma de Produção								
Amazonas	22.5	15.4	3.4	20.3	23.5	7.9	1.4	18.9
Acre	4.5	13.4	6.5	5.9	4.6	6.9	3.1	4.9
Amapá	1.1	1.4	0.6	1.1	0.9	1.2	7.0	1.4
Pará	61.1	53.4	81.5	61.3	53.8	69.2	82.6	59.0
Rondônia	10.0	9.2	5.9	9.6	16.2	8.8	4.5	13.9
Roraima	0.7	7.2	2.2	1.7	1.0	6.1	1.4	1.9
Total da R. Norte	100	100	100	100	100	100	100	100
Total da R. Norte V. Abs.-Cr\$ 1985	5.105.529	907.471	398.901	6.411.901	5.768.537	1.400.163	655.536	7.824.236

Fonte: Censo Agropecuários de 1980 e 1985.

Em 1985 as estruturas camponesas repartiam sua produção da seguinte maneira: 67,5% da agricultura (sendo 26,9% de produtos da lavoura perene, 40,6% de produtos da lavoura temporária), 16,4 da pecuária e 16,0% do extrativismo. Em relação a 1980 alterou-se, aqui, de forma fundamental a importância relativa das lavouras permanentes (que elevou-se quase 12 pontos de porcentagem) e do extrativismo (que reduziu-se quase 9 pontos). Os fazendeiros assentavam-se concentradamente na produção pecuária e tal característica tendeu a se acentuar (54,2% em 1980 e 57% em 1985); secundariamente aparece a agricultura com 26,4%, dos quais 15,4% de lavoura permanente e 11% de lavoura temporária, e o extrativismo (15,5%). As grandes empresas latifundiárias dependiam, em 1980, quase que inteiramente da pecuária (63,1%) e do extrativismo (19,6%), seguindo-se, com 9,9%, a silvicultura. Em 1985 mantém-se o predomínio da pecuária (44%) mas eleva-se de forma substancial o papel da agricultura e da silvicultura.

Geograficamente (ver Tabela 6), confirmam-se as tendências apresentadas pelos dados do conjunto da região para o Estado do Pará. Na verdade, as tendências apresentadas por este Estado influem fortemente as tendências do conjunto face seu elevado peso no valor da produção regional (61,3% em 1980 e 59,0% em 1985). O Acre, por seu turno, apresenta-se sob vários aspectos um caso bem particular. Em primeiro lugar porque apenas os camponeses apresentam taxa de crescimento positivo. Segundo, porque tal performance da produção familiar baseia-se no crescimento da produção extrativa (contrariamente a tendência média). Confirmando a tendência geral, contudo, aqui também desenvolve-se uma forte substituição de culturas temporárias por permanentes.

Tabela 6 - Estados da Região Norte - Evolução da Produção Animal e Vegetal entre 1980 e 1985 - Taxas Geométricas de Crescimento Anual do Valor da Produção (%).

Sub-Setores/Unidades Federativas	até 200 ha	Entre 200 e 5.000 ha	>5.000 ha	Total
1. Número de Estabelecimentos	5.0	7.9	-6.8	-9.8
2 . Valor da Produção Agrícola	-4.3	-1.9	-13.6	-26.8
Lavouras Permanentes	1.9	4.9	-10.6	-11.9
Lavouras Temporárias	-5.3	-3.0	-14.2	-31.4
3. Valor da Pecuária	1.3	3.5	0.2	-3.0
4. Extrativismo	2.9	7.5	-4.3	-48.0
5. Silvicultura	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Total do Setor no Acre	0.1	2.7	-4.5	-4.9
1. Número de Estabelecimentos	2.6	2.5	7.2	-0.8
2 . Valor da Produção Agrícola	5.1	3.5	13.2	43.2
Lavouras Permanentes	14.3	12.9	22.6	41.1
Lavouras Temporárias	-0.3	-1.8	2.2	43.8
3. Valor da Pecuária	6.9	2.7	13.5	4.0
4. Extrativismo	-10.0	-14.0	28.6	-18.4
5. Silvicultura	28.9	9.3	-5.5	30.2
6. Total do Setor no Pará	3.2	-0.1	14.9	10.7
1. Número de Estabelecimentos	10.3	10.7	1.6	3.2
2 . Valor da Produção Agrícola	14.7	14.9	14.5	-9.1
Lavouras Permanentes	29.9	30.4	29.3	-30.6
Lavouras Temporárias	6.7	6.9	4.9	-1.5
3. Valor da Pecuária	6.2	8.2	3.9	-4.9
4. Extrativismo	11.2	9.7	10.0	29.5
5. Silvicultura	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Total do Setor em Rondônia	11.9	12.9	8.0	4.7
1. Número de Estabelecimentos	3.0	3.6	-8.7	-16.6
2 . Valor da Produção Agrícola	5.9	5.1	31.2	43.0
Lavouras Permanentes	15.3	13.9	36.2	17.5
Lavouras Temporárias	4.2	3.4	29.5	47.8
3. Valor da Pecuária	5.9	3.7	14.7	22.1
4. Extrativismo	8.4	4.6	50.0	30.5
5. Silvicultura	19.0	18.4	0.0	0.0
6. Total do Setor no Amazonas	6.6	4.8	30.1	29.1

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1980 e 1985.

3.1. Duração e Consistência das Tendências Intercensitárias

Um importante fenômeno, manifesto na primeira metade da década de oitenta para praticamente todos os estados e estruturas, é o crescimento mais rápido da importância das culturas permanentes frente o redução do peso das culturas temporárias. Dependendo da solidez dos seus fundamentos essa tendência pode significar reordenamento das bases tradicionais do desenvolvimento agrário regional. Carece, pois, investigá-la mais detalhadamente sob dois aspectos: o primeiro quanto a sua duração no tempo; o segundo quanto a sua fundamentação econômica, em especial quanto à fonte de financiamento.

Quanto a duração desses fenômenos no tempo a Tabela 7 indica-nos que as tendências esboçadas no período intercensitário confirmam-se para toda década de oitenta. Os dados anuais de área colhida do IBGE (Produção Agrícola Municipal) apresentam, para a região como um todo, taxa de crescimento das culturas permanentes de 16,9% para a primeira metade e de 11,1% a.a. para a segunda metade da década - enquanto nos mesmos períodos o crescimento das temporárias foi de 5,8 e 4,5% a.a.

Tabela 7 - Região Norte - Evolução da Área Colhida das Culturas Temporárias e Permanentes de 1981 a 1990 (Taxas Anuais de Crescimento Geométrico)

Culturas	Taxas de Crescimento	
	1981-85	1986-90
Culturas Permanentes	16.9%	11.1%
Culturas Temporárias	5.8%	4.5%
Total da Região Norte	7.4%	5.8%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Utilizando um modelo estatístico¹² que realça os efeitos físicos dessa diferença de ritmo é possível demonstrar que, em termos relativos, dos 288.375 hectares que foram acrescidos com culturas

12 Nos termos propostos por Pereira e Lugnani (1991), Veiga Filho (1981) Zockum (1978), Lyra e Riff (1980) para análise da variação da variável área em diversos "sistemas". A proposição do modelo é que se veja a variação de cada componente (cada cultura) em relação à variação do sistema agrícola (compreendido enquanto conjunto de culturas) de que faz parte. Operacionalizando estatisticamente esta idéia o modelo "constroe" artificialmente uma variação da parte comandada pelo ritmo do conjunto (efeito escala) para depois verificar, face a variação real, se a parte foi mais rápida ou mais lenta que o todo, isto é, se a atividade, em relação a variável eleita (área física, valor da produção, etc.) perdeu ou ganhou significado no sistema. O modelo estatístico é, no fundamental, simples: Considerando-se os tamanhos do sistema (medido pelo total da variável em questão) nos anos t e $t+n$ como S_t e S_{t+n} , teríamos a variação do sistema no tempo n medido por um coeficiente a , tal que

permanentes na década, nada menos que 197.644 (68,5%) constituiu-se em área antes ocupada com culturas temporárias (ver Tabela 8).

Desmembrando-se por produto, tais resultados indicam que apenas quatro produtos da lavoura temporária (o milho, o feijão, o algodão herbáceo e a soja) apresentaram efeito substituição positivo. Todos os demais, com destaque para culturas tradicionais da região, como juta, malva, mandioca e arroz, sofreram forte efeito substituição.

Das dezessete culturas permanentes, 12 apresentaram efeito substituição positivo. Aí destacam-se o café, o cacau, o dendê, o guaraná, a borracha, a laranja e o urucum. Das permanentes que sofreram efeito substituição negativo merecem destaque a pimenta-do-reino e a banana - ambas culturas permanentes com tradição na região.

$$a = \frac{S_{t+n}}{S_t}$$

Por seu turno S_t compõem-se de um conjunto de atividades (culturas). É dizer:

$$S_t = \sum_{i=1}^n A_{it} \quad (i = 1, 2, \dots, n) = \text{culturas / atividades}$$

$$S_{t+1} = \sum_{i=1}^n A_{i(t+n)} \quad (i = 1, 2, \dots, n)$$

Isto posto, é fácil verificar que para cada cultura/ atividade

$$A_{i(t+n)} - A_{it} = (a \cdot A_{it} - A_{it}) + A_{i(t+n)} - a \cdot A_{it} \quad \text{onde}$$

$A_{i(t+n)} - A_{it}$ = Variação Total

$(a \cdot A_{it} - A_{it})$ = Efeito Escala

$A_{i(t+n)} - a \cdot A_{it}$ = Efeito Substituição.

Tabela 8. Região Norte - Decomposição das Variações Totais na Área Colhida em Variações Derivadas do Efeito Escala e Efeito Substituição de Culturas. Médias Trienais 1978/79/80 e 1988/89/90. Em Hectare.

Culturas	Variação Total	Efeito Escala	Efeito Substituição
Área Colhida Total	831.855	831.855	0
LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
Total	543.480	741.124	-197.644
Milho	243.508	150.771	92.736
Feijão	116.040	54.129	61.911
Algodão herbáceo	11.734	3.667	8.067
Soja	4.630	0	4.630
Mamona	-66	68	-134
Amendoim	-39	295	-334
Tomate	-194	429	-624
Abacaxi	216	1.411	-1.195
Batata-doce	-445	784	-1.229
Melão	-599	727	-1.327
Melancia	-168	3.173	-3.342
Fumo	-3.586	4.798	-8.384
Cana-de-açúcar	677	10.317	-9.640
Juta	-14.808	23.487	-38.295
Malva	-13.430	44.134	-57.564
Mandioca	97.370	211.869	-114.499
Arroz	102.642	231.065	-128.423
LAVOURAS PERMANENTES			
Total	288.375	90.731	197.644
Café	123.454	19.214	104.239
Cacau	70.300	15.540	54.760
Dendê	23.273	0	23.273
Guaraná	8.731	0	8.731
Coco-da Baía	9.826	2.175	7.651
Maracujá	5.114	0	5.114
Borracha	2.953	0	2.953
Laranja	5.005	2.136	2.869
Urucum	1.585	0	1.585
Limão	962	489	473
Mamão	1.307	1.168	139
Manga	897	859	38
Tangerina	246	296	-50
Castanha-de-caju	-171	206	-377
Abacate	-221	934	-1.155
Pimenta-do-reino	10.753	16.263	-5.510
Banana	24.363	31.453	-7.090

$$A_i(t+n) - a.A_i = \text{Efeito Substituição.}$$

Quanto à fundamentação econômica das tendências carecemos de análises mais detalhadas que nos permitam maior delimitação regional e estrutural. Neste último caso, tomaremos o Estado do Pará como referência empírica privilegiada.

3.2. Os Fundamentos Econômicos das Tendências Gerais: uma verificação para o Estado do Pará

Nos anos oitenta a agricultura experimenta elevadas taxas de crescimento no Estado do Pará, confirmando tendência apresentada no resto da Região Norte. Tal dinâmica explica-se fundamentalmente pelas elevadas taxas de crescimento das culturas permanentes, onde destacam-se, com algumas diferenças entre a primeira e a segunda metade da década, matérias primas industriais e culturas de mercado externo (cacau, café, pimenta-do-reino, urucum, etc.). Ao cabo da década, demonstra-se uma substituição drástica de culturas temporárias por culturas permanentes, tendência particularmente marcante nas estruturas camponesas, antes responsáveis pelo total dos produtos da *shifting cultivation* (arroz, mandioca, milho, etc.) e de outras culturas de ciclo curto típicas da região como, por exemplo, a malva.

Considerando as condições macroeconômicas da década, marcada por forte recessão, e as exigências das culturas permanentes em termos de investimentos fixos, importa indagar quanto às determinações do surto de investimento e expansão no plano das motivações microeconômicas. Aqui, têm lugar duas preocupações: uma, de ordem institucional, que se volta para as formas de financiamento institucional que eventualmente estejam subjacentes ao surto de inversões; e outra, que procura detectar determinações estruturais menos visíveis nos dados gerais.

Também é imperioso investigar o significado que estas tendências têm para a problemática do desenvolvimento da Amazônia e do Brasil; é dizer, quanto às questões que sugerem a possibilidade de alternativas de desenvolvimento com maior grau de eficiência e equidade social, inclusive no que se refere às proposições colocadas pela discussão ecológica em trânsito.

3.2.1. Investimento em Culturas Permanentes e suas Fontes

O que é sugerido pelos dados da evolução da produção é decisivamente confirmado pelos dados relativos aos investimentos. A Tabela 9 descreve de forma sintética a evolução de um indicador do investimento para o conjunto da agropecuária e por formas de produção.

A formação de capital para o estabelecimento médio¹³ dá-se a uma taxa de 5,6% ao ano, destacando-se o incremento das culturas permanentes. Há diferenças, contudo, que merecem ser vistas mais de perto.

O desempenho dos camponeses é digno de nota: o número de estabelecimentos que registraram investimentos feitos no ano de 1985, em relação aos que assim procederam em 1980, cresceu a uma taxa anual de 9,17%, quando o seu número absoluto cresceu a 2,54%. O resultado disso é que a

¹³Aqui se calculou a taxa de crescimento anual do valor médio do patrimônio (valor total dos bens para o total de estabelecimentos dividido pelo número de estabelecimentos) considerados os valores encontrados nos censos de 1980 e 1985

representatividade dos estabelecimentos que investiram entre os estabelecimentos totais dos camponeses cresceu de 23,39%, em 1980, para 32%, cinco anos depois (conf. tabela 10). Concomitantemente, o patrimônio do estabelecimento médio desses produtores cresceu a uma taxa de 3% ao ano, indicando uma ágil formação de capital. Confirmada, aliás, pelo aumento de 19,8% entre o valor do investimento no ano de 1985 em relação ao de 1980. Os itens de maior dinamismo neste estrato foram as matas plantadas (taxa de crescimento para o estabelecimento médio de 29,98% a.a.) e as culturas permanentes (6,63% a.a.) - também aqui confirmando-se as tendências já apontadas.

Tabela 9 - Pará - Evolução da Formação de Capital, por Forma de Produção, entre 1980 e 1985 (%)

	Até 200 ha	De 200a 5.000 ha	maior que 5.000 ha	Total
	Taxas geométricas anuais			
Total de Estabelecimentos	2.54	7.22	-0.80	2.69
Estabelecimentos que investiram no ano do Censo	9.17	8.49	-0.52	9.08
Patrimônio Médio	3.07	7.50	3.54	5.61
- Prédios e Residências	1.81	9.78	-7.98	1.67
- Instal. e outras Benfeit.	3.82	7.11	2.37	4.97
- Culturas Permanentes	6.63	5.35	28.09	8.13
- Matas Plantadas	29.98	17.76	-30.15	3.37
- Veículos	-7.50	5.99	3.02	-0.42
- Animais	3.61	8.72	3.94	7.34
- Máq. e Inst. Agrários	-4.16	-0.82	6.53	1.05
	Taxa de Variação Total			
Invest. no ano do Censo	19.80	30.97	0.51	19.62
- Prédios e Residências	17.34	26.83	-23.60	12.96
- Inst. e outras Benfeitorias	23.63	-2.19	-28.04	-0.11
- Culturas Permanentes	18.81	-18.21	50.92	14.11
- Matas Plantadas	-11.94	-55.87	-94.55	-56.55
- Veículos	276.13	581.01	516.13	441.24
- Animais	-56.59	-51.00	-80.66	-60.48
- Máq. e Instrumentos Agrários	19.88	38.92	39.10	32.49

Fonte: Censos Agropecuários de 1980 e 1985.

O número dos fazendeiros que investiram cresceu em ritmo pouco maior que o próprio desenvolvimento do seu número de estabelecimento, indicando apenas uma ligeira elevação, no período, na proporção entre as fazendas que investiram e o total do estrato. O dinamismo deste tipo de estabelecimento expressa-se, contudo, na taxa de crescimento de seu patrimônio médio (7,5% a.a.) e no aumento do investimento nos anos do censo de 30,97%. As atividades mais incrementadas são o reflorestamento, a pecuária e as culturas permanentes.

Por seu turno, as grandes empresas agropecuárias apresentam-se, no seu conjunto, como estrutura em crise. Tanto o seu número absoluto, quanto a proporção das que investem em relação ao total decresceram no período. A unidade média apresenta, entretanto, uma evolução positiva de 3,5% a.a. As inversões em culturas permanentes aqui apresentaram forte crescimento, contrastando com o desempenho fraco, do investimento em pecuária que se fez a uma taxa próxima a dos camponeses (3,94% a.a.).

A evolução do crédito, por seu turno, apresenta simetria com estes dados. Como no resto do Brasil, também no Estado do Pará o volume do crédito oficial para investimentos na agropecuária reduz-se drasticamente entre 1980 e 1985: comparando o montante total de crédito para investimento do último com o primeiro ano do período, verifica-se uma redução total de -43,96%. Contudo, tal diminuição não se fez de forma idêntica para todos. Enquanto para os camponeses esta redução foi de -74,88%, e mesmo para os fazendeiros, de -70,45%, para as grandes empresas agropecuárias constata-se um incremento da ordem de 74,3%. Somando-se o fato de que o número de empresas que dispuseram de crédito decresceu (na medida em que a proporção dos que obtiveram crédito passou de 34 para 19% do total de grandes empresas agropecuárias), o resultado foi uma brutal concentração do crédito para investimentos em favor das grandes empresas, e dentre estas, em particular, as maiores de 10.000 ha.

No que se refere aos camponeses, a importância do crédito no investimento cai dramaticamente. Se em 1980 em torno de 22% dos estabelecimentos que investiam recebiam crédito e estes chegavam a representar também 1/5 do investimento total realizado, em 1985 estes percentuais passam a ser 4,25% e 4,18% respectivamente. Em relação ao total de estabelecimentos, os que receberam crédito não passaram de 1,36% do total (quando foram 5,13% cinco anos antes).

Para as fazendas, como se frisou, constata-se também uma forte retração nos indicadores relativos ao crédito. Todavia, há que se ter presente que, precisamente nesta fase tem-se a reativação, agora em seu favor, dos incentivos fiscais. Vejamos de perto este ponto. Como já se analisou em outro momento (Costa, 1992), a tendência manifesta na segunda metade dos anos setenta, de redução desses recursos para a agropecuária, é completamente revertida no início dos anos oitenta, com duas novidades: a) a clientela passa a ser nitidamente regional e b) o tamanho médio dos projetos e da propriedade dos beneficiários reduz. Em conjunto, estas características apontam para os fazendeiros como os principais beneficiários desta fase dos incentivos fiscais¹⁴. Os dados da Tabela 11, a seguir, indicam uma outra característica dos incentivos fiscais nesta fase: eles beneficiaram projetos que apresentavam uma mescla maior de atividades, inclusive agrícolas.

¹⁴Analisei em detalhes estas mudanças em Costa (1992).

Tabela 10 - Pará - Evolução do Crédito para Investimentos entre 1980 e 1985, por Forma de Produção (%)

	Até 200 ha	Entre 200 e 5.000 ha	maior que 5.000 ha	Total
	1980			
Estab. que investiram no ano do Censo	23.39	60.04	72.03	24.60
Estab. que obtiveram crédito em relação ao total	5.13	20.10	25.07	5.62
Estab. que obtiveram crédito em relação aos que investiram	21.93	33.47	34.80	22.85
Crédito de investimento no ano do Censo*	63.30	57.40	29.40	150.20
Participação do crédito no investimento total	19.91	20.33	17.24	19.47
	1985			
Estab. que investiram no ano do Censo	32.00	63.68	73.08	33.26
Estab. que obtiveram crédito em relação ao total	1.36	6.84	14.01	1.59
Estab. que obtiveram crédito em relação aos que investiram	4.25	10.74	19.17	4.77
Crédito de investimento no ano do Censo	15.90	16.90	51.30	84.20
Participação do crédito no investimento total	4.18	4.59	29.90	9.12
Redução do volume de crédito entre 1980 e 1985	-74.88	-70.46	74.30	-43.96

Fonte: Censos Agropecuários 1980 e 1985.* Valor constante de 1985.

No movimento conjunto de concentração de crédito em favor das empresas gigantes e na desconcentração dos incentivos fiscais em favor dos fazendeiros temos uma base sólida de sustentação do ritmo de formação de capital destas duas estruturas. E quanto aos camponeses? Qual sua fonte de investimentos? O que poderia explicar sua performance neste campo?

Tabela 11 - Sub-setores Incentivados pela Política de Incentivos Fiscais nos Períodos 1976-1980 e 1981-1985

Sub-setores de atuação dos Projetos	1976 a 1980			1981 a 1985		
	Nº	Cr\$	%	Nº	Cr\$	%
Pecuária de Corte Solteira	17	226.9	78.2	38	271.8	22.2
Pecuária de Leite Solteira				5	10.4	0.9
Pecuária e Agricultura	2	25.8	8.9	12	224.2	18.3
Pecuária e Piscicultura				1	5.6	0.5
Bubalinocultura				32	145.3	11.9
Agricultura	3	32.8	11.3	15	189.7	15.5
Agroindústria	1	4.7	1.6	4	363.2	29.6
Ranicultura				1	6.8	0.6
Suinocultura				1	6.0	0.5
Ovinocultura				2	2.8	0.2
Piscicultura				1	0.7	0.1
TOTAL	23	290.2	100.0	112	1.226.6	100.0

Fonte: SUDAM: Lista dos Projetos Aprovados.

3.2.2. Os Investimentos Camponeses.

A comunidade do Uraim¹⁵ fornece-nos indicações preciosas para a compreensão do fenômeno do investimento dos camponeses nos anos oitenta. Neste segmento trataremos tão somente das questões relativas às fontes de financiamentos.

Pesquisas por nós desenvolvidas na referida comunidade¹⁶ permitem verificar ali uma reprodução das tendências apresentadas pelos dados gerais no que tange ao crescimento da agricultura e à reorganização dos seus elementos (ver Tabela 12). Tomando o valor da produção, a agricultura cresceu a uma taxa anual de 6,23%. As culturas temporárias, aí, sofreram uma redução significativa (taxa negativa de -4,45% a.a.), enquanto as culturas permanentes cresceram a 10% a.a. A composição relativa dos dois grupos de culturas altera-se drasticamente, crescendo o significado das de ciclo longo em detrimento das de ciclo curto em mais de 22 pontos de percentagem.

¹⁵A Colônia do Uraim fica a 12 Km de Paragominas à margem do Rio Uraim.

¹⁶Trata-se de uma pesquisa feita por nós em 1990, e de um levantamento feito pelo STR de Paragominas em 1981, por nós tabulado. Os dados a seguir referem-se aos 23 colonos presentes nas duas pesquisas.

Tabela 12 - Composição Relativa e Taxa Anual de Crescimento da Produção Agrícola da Comunidade de Uraim em 1981 e 1989 - Valor da Produção e Produto Real

Culturas	Composição Relativa (%)		Taxa Anual de Crescimento (%)
	1981	1989	
	Valor da Produção		
Culturas Temporárias	40.75	17.46	-4.45
Culturas permanentes	59.25	82.54	10.72
Total	100.00	100.00	6.23
	Produto real		
Culturas Temporárias	40.75	1.68	0.11
Culturas permanentes	59.25	98.32	58.84
Total	100.00	100.00	49.09

Fonte: Pesquisa de Campo.

A expansão é ainda mais enfática quando refletida pelas grandezas físicas. Os valores de produto real¹⁷ indicam que o volume físico da produção das culturas temporárias manteve-se constante e a produção das culturas permanentes cresceu rapidamente. O que explica a divergência entre os percentuais relativos ao valor da produção e ao produto real é uma evolução negativa dos preços tomados em conjunto para os dois anos. Este ponto merece análise à parte, que foge ao escopo deste trabalho. No momento importa estabelecer o notável esforço da comunidade na montagem de uma estrutura produtiva com ênfase em culturas permanentes.

Tabela 13 - Implantação de Culturas Permanentes na Colônia do Uraim em Hectares, por Períodos Quinquenais - 1971 – 1990

Período	Área Total (ha)	Média Anual (ha)	Taxa Anual (%)*
1971- 1976	8.70	1.74	19
1976-1980	21.02	4.20	25
1981-1985	31.18	6.34	88
1986-1990	79.06	15.81	-29
Total	139.96	—	—

Fonte: Pesquisa de Campo. * Obtida por estimação de regressão.

A implantação de culturas permanentes pelos colonos do Uraim iniciou-se ainda na primeira metade dos anos setenta (ver Tabela 13). Em pequenas faixas, os colonos pesquisados implantaram

¹⁷Trata-se de um indicador formado a partir do isolamento da flutuação dos preços numa série de valores onde um vetor de preços é fixado para as quantidades de todos os anos. No nosso caso fixamos o vetor de preços de 1981.

uma média de 1,74 ha por ano. Essa média cresce nos cinco anos seguintes para 4,2 ha, na primeira metade dos anos oitenta chega a 6,24 ha atingindo 15,81 ha por ano entre 1986 e 1990. O ritmo de implantação é alto e crescente ao longo de quinze anos, apresentando-se declinante nos últimos cinco anos - precisamente no período que atinge médias mais elevadas¹⁸

A Pimenta-do-reino é o produto que, neste contexto, maior importância assume, tanto economicamente quanto em termos de área plantada (34% do total de culturas permanentes). Por outro lado, trata-se de uma cultura exigente na sua implantação, em relação aos recursos requeridos e aos conhecimentos técnicos necessários.

Fizemos um estudo minucioso da evolução deste produto na comunidade, com base em informações detalhadas de cada colono sobre cada pimental (descriminados por ano de implantação). Entre outros dados, ressaltam-se como centrais os resultados apresentados na Tabela 14.

Tabela 14 - Área e Trabalho Próprio e de Terceiros Utilizado na Implantação da Cultura da Pimenta-do-Reino na Colônia do Uraim

Ano	Área Implantada no Ano (ha)	Total existente no ano (ha)	Trabalho Aplicado			Evolução dos Preços 1980 = 100
			Total H/D	Terceiros %	Próprio %	
74	0.25	.025	38.1	0	100	
75	0.73	0.98	111.6	0	100	
76	0.34	1.32	52.5	0	100	
77	0.81	2.13	124.0	0	100	
78	1.94	4.07	296.7	0	100	
79	4.16	8.23	635.2	5	95	
80	2.50	10.73	381.5	65	35	100
82	1.77	12.50	269.9	88	12	46
83	1.64	14.14	249.8	27	73	61
85	0.78	14.92	119.2	0	100	198
86	6.19	21.11	944.2	69	31	268
87	13.03	34.14	1.988,4	70	30	216
88	5.97	40.11	1.018,2	58	42	99
89	6.45	46.56	809.8	60	40	65
90	1.52	48.09	232.3	8	92	34
TOTAL	48.09		7.271,4	51	49	

Fonte: Pesquisa de Campo.

A implantação da pimenta-do-reino, como a do conjunto das culturas permanentes, também foi paulatina e iniciou-se já em 1974. No final dos anos setenta, acelera-se o ritmo de formação de pimentais, de modo que no início dos anos oitenta 10,7 ha no total já estão implantados. Este montante

¹⁸ Isto em princípio apontaria para certos limites do padrão de expansão. Também este ponto requer considerações à parte, que os limites do presente trabalho impedem.

será 15 ha em 1985 e 48,09 em 1990 (considerando o fato de que até o momento, graças as características agrônômicas dos plantios - em muitos casos consorciados e com pouco insumo químico - nenhum pimental foi considerado esgotado). A lógica do financiamento parece clara: trata-se de autoconsumo intermediário, como o designou Tepicht (1973), a aplicação dos próprios meios (recursos naturais e força de trabalho) na formação de meios de produção. Nos cinco primeiros anos, todo trabalho aplicado na formação dos pimentais foi das próprias famílias camponesas. À proporção que o estoque de plantas crescia e se tornava produtivo e rentável, abriram-se condições para implantação de novos pimentais com maior uso de força de trabalho assalariada. Tal possibilidade, em fase mais avançada, amplia-se, ou restringe-se, com o movimento dos preços do produto no mercado: quando os preços apresentam-se altos aumenta o assalariamento, e quando mostram-se tendencialmente baixos avulta-se a aplicação do próprio trabalho como fundamento do investimento.

3.2.3. As Implicações na Renda e no Consumo da Reorientação da Produção Camponesa

Os reordenamentos acima esboçados tiveram implicações importantes em termos de renda e, a partir daí, na capacidade de consumo dos camponeses. Uma análise comparativa dos níveis de renda dos 27 colonos de Uraim para os quais dispõe-se dos dados necessários em 1981 e 1989 apresenta os seguintes resultados. A *renda bruta* média¹⁹ das unidades familiares dobrou no período, saindo de 65,09 para 135,25 salários mínimos. Computados os custos, a *renda líquida*²⁰ atingiu 113,70 salários mínimos por ano, por família. Houve, ao mesmo tempo, um deslocamento do estrato modal de renda do nível mínimo (menos de 2 salários mínimos de renda bruta mensal) para o nível imediatamente posterior (em torno de 5 salários mínimos de renda bruta mensal). Há movimentos, contudo, que carecem detalhamento. Dos 27 casos, 6 (22%) que encontram-se no menor nível de renda não alteraram sua situação econômica no período em questão. A estes soma-se 1 caso que desceu de nível perfazendo 7 casos no menor nível de renda. Por outro lado, nada menos que 11 casos que em 1981

19 A renda bruta foi obtida pela multiplicação da produção dos diversos produtos, indiferente de sua finalidade, se para auto-consumo ou venda, pelo vetor de preços usado pelo IBGE para Paragominas respectivamente em 1981 e 1989. A atualização dos valores de 1981 fez-se pelo INPC de Belém para alimentação. A conversão para salários mínimos fez-se pela divisão do valor em cruzeiros pelo valor do salário mínimos médio do ano de 1989, a saber Cr\$ 264,3.

20 Renda Líquida = Renda Bruta - Custo de Produção. Computou-se o custo de produção pela agregação de três parcelas: amortização do custo de implantação e custo de manutenção de culturas temporárias e permanentes e o custo de colheita destas últimas. Cotejou-se os coeficientes técnicos e financeiros de nossa pesquisa com os obtidos por Tomolo e Uhl (s.d.) em pesquisa realizada no Uraim, no mesmo período. Não utilizou-se parcelas de custo por custo de oportunidade do trabalho, sendo portanto custos de trabalho apenas os decorrentes de trabalho estranho à família. A renda líquida é, assim, o rendimento, expresso monetariamente, do trabalho da família em seu conjunto. As razões teóricas para proceder desta maneira já foram suficientemente apresentadas por Chayanov (op. cit.): o rendimento da família é uma grandeza indivisível e não regulada socialmente - decompô-la em o que seria sua alternativa de mercado (preço sombra, custo de oportunidade) e o que a isso excede constitui-se em exercício ocioso, pois sem correspondência com a própria racionalidade camponesa. Ver, para maior clareza, também Costa (1989 e 1995b).

encontravam-se no nível mais baixo de renda deslocaram-se para a direita, ampliando seu nível de renda. No total, 11 casos (40%) (a soma dos valores da diagonal da Tabela 15) permaneceram no mesmo estrato de renda de 1981, 1 caso (4%) veio para estrato inferior e 15 casos (55%) elevaram-se de estrato.

Por outra parte, o crescimento do valor da produção condicionou de forma decisiva a compra de produtos industriais de consumo durável (as residências de alvenarias, os eletrodomésticos, as bicicletas e mesmo os automóveis). A função abaixo, obtida por regressão linear, com elevado poder explicativo ($R^2 = 0,88904$) é a *função-consumo* de bens duráveis do Uraim para as condições de 1989. A *propensão a consumir* é 0,68, é dizer, para cada unidade monetária de renda líquida 0,68 é destinada ao consumo de bens duráveis.

$$\text{Consumo} = 84,73 + 0,68639 \cdot \text{RendaLíquida}$$

Tabela 15 - Evolução das Condições Econômicas dos Camponeses do Uraim entre 1981 e 1989

Estrato de Renda Bruta de 1981 (em Cr\$ de 1989)	Estratos de Renda Bruta de 1989 (em Cr\$)					Total de Unidades Produtivas	RB Anual média em 1981 (salário mínimo)
	Até 10.000	10.000 a 30.000	30.000 a 60.000	60.000 a 100.000	mais de 100.000		
Até 10.000	6	9	2			17	16.16
> 10.000 a 30.000	1	3			1	5	89.61
> 30.000 a 60.000			2	1		3	162.18
> 60.000 a 100.000					2	2	273.95
> 100.000							-
Total de Unidades Produtivas	7	12	4	1	3	27	65.09
Renda Bruta Média Anual de 1989 (SM)	22.38	61.32	149.87	250.22	637.42	135.35	
Renda Líquida Média Anual de 1989 (SM)	16.40	45.51	138.83	232.53	541.01	113.70	
Área com Culturas Perm.	2.8	4.0	3.6	4.6	12.2	4.6	
Aquisição de Produtos não Agrícolas Duráveis	29.25	39.03	90.72	47.55	344.34	78.36	

Fonte: Pesquisa de Campo.

3.2.4. Da Associação entre Reordenamento da Produção Camponesa, Diversidade de Atividades e Cultivos e Intensificação do Uso da Terra

Os desenvolvimentos ocorridos no Uraim apresentam ainda duas características que aqui nos interessam de perto. Primeiro, o fato de o crescimento da renda não ter-se feito pela especialização da produção em nível dos estabelecimentos. Segundo, os resultados em termos de elevação na intensidade do uso do solo - obtendo-se maior valor por um volume de área decrescente.

Verificam-se, associados à evolução da renda, tanto uma diversificação de atividades quanto, no que trata especificamente da agricultura, uma diversidade de cultivos. Quanto ao primeiro ponto, observe-se os dados contidos na Tabela 16.

Tabela 16 - Evolução das Condições Econômicas dos Camponeses do Uraim entre 1981 e 1989, por Sistemas de Produção

Sistemas de Produção em 1981	Sistemas de Produção em 1989				Total de Unidades Produtivas	Renda Bruta Anual média em 1981 (sal. mín.)	Renda Bruta Anual média em 1989 (sal. mín.)
	Temp.+ Perm.	Temp.+ Perm.+Pecuária	Perm+ Pecuária	Só Perm.			
Só Temporárias	8	4			12	23,45	49,34
Temp+Permanentes	4	5	1	1	11	79,12	82,93
Temp.+Perm.+Pecuária	1	2			3	192,98	517,29
Temp+Pecuária	1				1	26,60	13,77
Total de Unid. Produtivas	14	11	1	1	27		
Renda Bruta Média Anual de 1981 (sal. mín.)	53,20	82,19	80,43	27,88		65,08	
Renda Bruta Média Anual de 1989 (sal. mín.)	140,71	147,23	29,80	35,23			135,35
Renda Líq. Méd. Anual de 1989 (sal. mín.)	116,67	126,62	23,26	20,53	113,70		

Fonte: Pesquisa de Campo.

As 12 unidades produtivas que em 1981 plantavam unicamente culturas temporárias (associadas quase sempre à criação de pequenos animais) passaram, todas, para sistemas mais complexos nos quais, em 1989 associavam culturas temporárias com culturas permanentes (8 casos) ou, além destas, pasto (4 casos). A mudança implicou na duplicação da renda média das famílias. Das 11 famílias que já conjugavam plantio de temporárias com permanentes em 1981, 4 mantiveram-se com as mesmas atividades (a média da renda, contudo, mais que duplicou, para o sistema) e 5 incorporaram a pecuária (com saltos na renda bruta significativos) nos seus sistemas produtivos. Duas deixaram de plantar culturas temporárias, uma concentrando-se nas permanentes e a outra associando estas com pecuária. Interessante a anotar, nestes casos, é a estagnação ou mesmo redução que os respectivos níveis de renda experimenta, indicando limites a considerar para estratégias de especialização.

Por seu turno, a média de produtos trabalhados por unidade produtiva cresceu de 7 para 8. E o crescimento da renda parece ter-se estreado na diversidade dos produtos agrícolas, sendo esta tanto maior quanto mais elevado é o estrato de renda (ver Tabela 17).

Tabela 17 - Comunidade do Uraim - Número Médio de Culturas por Estabelecimento e por Estrato de Renda Bruta

Estrato de Renda Bruta	A N O	
	1981	1989
Até Cr\$ 10.000	5	6
> 10.000 a 30.000	6	8
> 30.000 a 60.000	10	7
> 60.000 a 100.000	12	16
> 100.000	13	11
TOTAL	7	8

Fonte: Pesquisa de Campo.

A fundamentação destes fenômenos encontra-se na natureza mesmo da economia camponesa. Sua microeconomia específica (Costa, 1995a), orientando-se, enquanto unidade de produção, por critérios reprodutivos (derivados do seu caráter de unidade de consumo), a unidade camponesa pode, sob certas circunstâncias (Costa, 1995b), seguir uma trajetória fundamentada na diversidade de produtos e atividades, uma vez que esta eleve a sua *eficiência reprodutiva* e reduza os riscos das flutuações determinadas por fatores externos à unidade produtiva, tanto os ligados à natureza quanto os derivados do mercado. Tais atitudes, todavia, têm efeito colaterais da maior importância na sustentabilidade ecológica dos sistemas que criam.

O padrão de uso do solo alterou-se substancialmente no Uraim. Reduziu-se a extensividade da produção.

O total de terras cultivadas reduziu, tanto nos sistemas que conjugam o plantio de temporárias e permanentes, quanto nos que, além destas, implantaram pasto e pecuária. No primeiro caso (ver Gráfico 1) a redução foi drástica, chegando a área total cultivada no final do período em torno da metade do que fora em 1981. No segundo caso (ver Gráfico 2), não obstante ser pequena em termos absolutos, a diminuição surpreende considerando o caráter exigente em terras que em geral a pecuária assume. Aqui, denota-se o caráter semi-intensivo da pecuária praticada por alguns dos colonos do Uraim.

A evolução da eficiência no uso dos recursos terra e trabalho pode ser melhor avaliada nos gráficos que seguem.

O valor da produção por área cresceu rapidamente nos sistemas de produção de permanentes e temporárias, atingindo valor acima de 15 salários mínimos no final do período, tendo sido menor que 5 salários mínimos em 1981. Os sistemas de produção que incorporaram a pecuária partem de um valor em torno de 5 salários mínimos anuais para um patamar um pouco acima de 10 salários mínimos. Portanto, o primeiro grupo multiplica por três e o segundo grupo por dois o rendimento por unidade área. Em relação ao rendimento do trabalho, os dois grupos de sistemas de produção partem, o primeiro de um patamar de 20 e o segundo de 25 de 20 salários mínimos por trabalhador equivalente²¹ chegando a 35 e 20 s.m. ao final do período sob análise.

3.3. Das diferenças espaciais nas dinâmicas de reordenamento

Pelo que vimos de analisar, as tendências não são uniformes. Numa mesma comunidade, como no caso de Uraim, encontram-se unidades produtivas que apresentam mudanças técnicas e econômicas significativas enquanto outras apresentam-se estagnadas. As diferenças são também marcantes entre localidades.

Fazendo um preciso contraponto com o Uraim pesquisamos, na mesma microrregião, uma amostra de 100 casos no município de Irituia. No que se refere à implantação de culturas permanentes verifica-se ali até a primeira metade da década de oitenta uma completa estagnação. Na segunda metade da década ocorre uma mudança sensível cujo resultado em termos absolutos, contudo, é pouco significativo - de 0,11 para 0,33 ha (conf. Tabela 18). Na verdade, as culturas permanentes compõem os pomares caseiros, mantendo-se como dominante o sistema vigente naquela localidade por quase um século, que tem na produção da farinha de mandioca para mercado o sua atividade principal.

Tabela 18 - Comparação entre o Ritmo de Implantação de Culturas Permanentes na Comunidade de Uraim e no Município de Irituia

	URAIM			IRITUIA		
	Área Total	Área Anual	Área por Unidade	Área Total	Área Anual	Área por Unidade
1971-75	8.70	1.74	0.33	3.60	0.72	0.04
1976-80	21.02	4.20	0.81	10.13	2.03	0.11
1981-85	31.18	6.24	1.19	9.98	1.99	0.11
1986-90	79.06	15.81	3.06	29.85	5.97	0.33

Fonte: Pesquisa de Campo

²¹Trabalhador equivalente é uma unidade de equiparação de todos quanto trabalham na unidade produtiva (homens, mulheres e crianças) a equivalentes de trabalhador masculino adulto.

As tendências de mudanças tecnológicas expressas pela substituição, no plano da agricultura familiar, da *shifting cultivation* por uma produção fundada nas culturas permanentes não se manifestam igualmente no espaço. Para as microrregiões é possível visualizar tendências mais ou menos nítidas, demonstrando-se claramente que se manifesta em algumas áreas e em outras não. O fenômeno, genérico nas médias estaduais, mostra-se pontual quando descemos à escala da microrregião e do município. Um desafio que se coloca consiste na verificação das determinantes de tais diferenças. A análise que segue procura dar um passo nessa direção.

Partindo de um número maior de variáveis que por hipótese seriam relevantes, chegamos, por análise de correlação estatística a um grupo de cinco variáveis com elevado grau de interdependência (ver Tabela 19).

Tabela 19 - Variáveis que condicionam microrregionalmente os diferentes níveis de mudança tecnológica, a matriz de correlações de Pearson e os resultados de análise fatorial correspondente

Microrregião	Tamanho médio das uni-dades campo-nesas (ha)	Dependência do capital mercantil e usurário	Rela-ção trabalhad/ár ea	Densid. demográfica (hab/km ²)	Relação Área com Perman.Área Total	Grau de pre-valência do fator evol. tecnol. (fator scores)
	V1 ¹	V2 ²	V3 ³	V4 ⁴	V5 ⁵	
Matriz de correlações de Pearson						
V1	1.0000					
V2	0.7488	1.0000				
V3	-0.9004	-.6191	1.0000			
V4	-0.7386	-0.4850	0.7969	1.0000		
V5	-0.8127	-0.5434	0.9058	0.8895	1.0000	
Valores Reais						
Xingu	73.55	.3673	0.09	0.19	0.055	-0.99410
Tapajós	68.04	0.1633	0.08	0.27	0.030	-0.98900
Araguaia Paraense	59.55	0.4151	0.10	2.38	0.048	-0.84890
Marabá	61.52	0.1979	0.08	2.55	0.071	-0.61525
Guajarina	33.37	0.3108	0.15	4.08	0.069	-0.22123
Médio Amazonas	33.19	-0.1906	0.12	1.63	0.047	-0.10870
BaixoTocant.	16.99	-0.2854	0.25	8.79	0.108	1.01702
Bragantina	19.72	-0.1319	0.21	29.52	0.121	1.25803
Salgado	13.00	-0.0152	0.31	24.99	0.130	1.50220
Correlações para o fator solução (mudança tecnológica)	-0.94151	-0.67432	0.95238	0.88205	0.93776	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1985. IBGE - Censo Demográfico de 1980. IBGE - Listagens das Microrregiões. Costa, 1993 p.50.

1 Média aritmética do estrato de área 0 a 200 ha por microrregião.

2 Coeficiente de Correlação de Pearson para as variáveis preço do arroz no ano t-1 e quantidade produzida de arroz no ano t para séries de 1970 a 1980, por microrregião. Valores negativos (oferta invertida) indicam autonomia em relação ao capital mercantil, etc. À respeito ver Costa, 1989, 1991 e 1993.

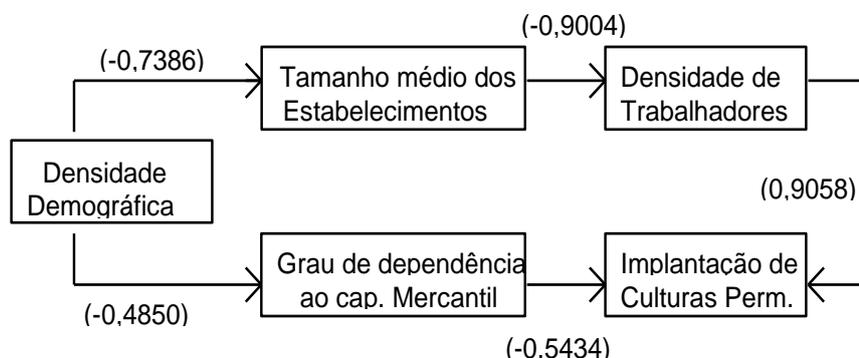
3 Densidade de trabalhadores membros não remunerados da família por área do estrato de 0 a 200 ha.

4 Densidade demográfica como relação entre população total da microrregião dividida pelo seu território em km².

5 Proporção da área com culturas permanentes no total de área do estrato de 0 a 200 ha por microrregião.

São elas: Tamanho médio dos estabelecimentos camponeses, grau de dependência (autonomia) das estruturas camponesas em relação ao capital mercantil e usurário no que se refere à principal cultura temporária de inserção nos mercados regionais e nacional (o arroz), densidade de trabalhadores familiares por área disponível nos estabelecimentos camponeses, densidade demográfica da microrregião e proporção da área com cultura permanente em relação a área total dos estabelecimentos camponeses.

Verificando-se mais detidamente o grau e o sentido (se positivo ou negativo) das correlações ressalta-se a seguinte cadeia de causalidades:



A densidade demográfica atua ao mesmo tempo reduzindo o tamanho do estabelecimento médio camponês e a dependência em relação ao capital mercantil e usurário. Já analisei detidamente este último fenômeno em outros trabalhos. Em resumo, as frações de capital mercantil que comandam a cadeia de intermediação elevam a concorrência entre si nas áreas mais densamente povoadas, abrindo possibilidades e alternativas para os camponeses destas regiões inexistentes para seus congêneres em áreas de fronteira recente, de população e urbanização mais rarefeitas. Por seu turno, a redução do tamanho médio do estabelecimento aumenta a disponibilidade de trabalhadores por hectares

disponíveis. Se isso acontece ao mesmo tempo que reduz-se a dependência, expandem-se as culturas permanentes²².

Submetendo esse conjunto de variáveis a uma análise fatorial²³ e considerando o fator resolução principal, por explicar-se pela fixidez da interrelação entre todas cinco variáveis, a medida do fenômeno de mudança tecnológica (e, por inferência, das mudanças econômicas nada triviais a que se associam) vemos explicitar-se a mesma causalidade: quanto maior a área média disponível, menores as mudanças no padrão técnico, as quais tenderão a ser tanto maior quanto menor seja a dependência em relação ao capital mercantil e maior sejam a densidade de trabalhadores por área disponível, a densidade demográfica e a implantação de culturas permanentes (ver as correlações das variáveis para o fator solução na Tabela 19).

Verificando-se, microrregionalmente, a intensidade dessa mudanças, pelo cálculo dos *factors scores* (ver coluna respectiva na Tabela 18), obtemos um mapeamento das estruturas pelo grau de mudança que resulta de uma certa conformação nas relações entre as variáveis.

Os menores *scores* negativos referem-se a áreas onde os estabelecimentos são maiores (permitindo eficiência na *shifting cultivation*), a dependência ao capital mercantil elevada, a densidade de trabalhadores nas unidades produtivas e a densidade demográfica baixa. Com esta configuração encontramos, por ordem decrescente, o Xingu, o Tapajós, o Araguaia Paraense, Marabá, Guajarina e Médio Amazonas. E os valores são tanto menores quanto mais de fronteira for a microrregião. Os *scores* positivos dizem respeito a uma configuração basicamente contrária e referem-se ao Baixo Tocantins, à Bragantina e ao Salgado, isto é, a áreas agrícolas mais antigas²⁴.

22Aqui convalida-se a tese fundamental de Esther Boserup, segundo a qual a mudança tecnológica que implica intensificação do uso do trabalho requer pressões derivadas da densidade demográfica de uma região (Boserup, 1988).

23 A análise fatorial é um método de análise multidimensional que investiga as estruturas das matrizes de covariância e correlação de um conjunto de variáveis. O suposto é de que os valores observados para variáveis $[\xi_1 \dots \xi_n]$ sejam multidimensionalmente distribuídas normalmente com a matriz-covariância $[C_{ij}]$ de tal modo que

$$\xi_i = \sum_{r=1}^k l_{ir} f_r + \varepsilon_i; \quad (i = 1, 2, \dots, n)$$

onde f_r é o r -ésimo dos fatores simples (fatores hipotéticos estimados como funções lineares dos próprios valores $\xi_1 \dots \xi_n$), k o número de fatores e ε_i os resíduos (erro) fonte de variação que atuam unicamente sobre ξ_i . Os valores aleatórios ε_i são considerados não correlacionados tanto entre si quanto cp, os k valores f_r . Os *fatores* são hierarquicamente estabelecidos na razão direta da sua capacidade estatística de esclarecer a dispersão total de todas as variáveis. O primeiro fator, aqui, foi o único considerado. Ver, quanto ao método, Fedorenko, et alii (1971), Friedrichs (1980) e Brosius (1989).

24 Para uma análise teórica, das propensões micro para maior ou menor dinâmica de investimento e inovações, camponesas face a condicionalidade estruturais, ver meu recente artigo *Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade*, nos Cadernos do NAEA 12.

4. Conclusão

O planejamento agrícola, no período marcado pela ditadura, pautou-se por uma percepção formal da região enquanto objeto de intervenção do Estado, entendendo-a tão somente como uma certa relação abstrata entre fatores terra, capital e trabalho. Tal noção "organizou" as ações de intervenção sem atribuir significado maior às especificidades essenciais das realidades tanto econômico-sociais quanto físicas espacialmente prevalentes. Isto levou a uma política literalmente catastrófica para a Amazônia, uma vez que fundada em estruturas cuja racionalidade tem imposto uma tecnologia homogeneizadora, constituindo-se em desastre econômico e ecológico frente às especificidades da região e resultando em concretos 12 milhões de hectares degradados nos últimos 20 anos. Por outro lado, como uma decorrência óbvia da postura, deixou-se de perceber as potencialidades de modernização das estruturas reais pré-existentes para potencializar novas cujas virtualidades econômicas e ecológicas entendia-se como certas e inexoráveis²⁵. Nos anos oitenta, o ecologismo busca exaltar as virtualidade dos camponeses extrativistas e negar a agricultura em geral - considerada, na sua versão camponesa, pelo economicismo estruturalista como incapaz.

Uma análise substantiva do desenvolvimento agrário da região nega a maioria desta simplificações e pré-conceitos. Mostra, em consequência, que a atuação do Estado não pode deixar de levar em consideração que:

1. As estruturas extrativistas têm buscado adaptações no sentido de fugir de crises estruturais contínuas. O resultado tem sido a tendência particularmente verificável no Acre, em várias áreas, à formação de uma silvi-agricultura.

2. As grandes empresas latifundiárias, objeto privilegiado das políticas dos anos setenta, dão estruturas em crise.

3. Nos anos oitenta verificou-se um fenômeno válido para todas as unidades federativas da região norte, de crescimento agrícola a taxas expressivas com base na substituição das culturas temporárias por culturas permanentes e elevação substancial da diversidade de culturas e de atividades. E, na base de tal desenvolvimento, encontra-se a agricultura camponesa que apresentou, sem praticamente nenhum acesso a fontes creditícias, elevada capacidade de investir e criar novos padrões tecnológicos

25 O trabalho de Scott Anderson (1991) mostra um caso concreto de uma agro-indústria tradicional, a de cachaça em Igarapé-Mirin e Abaetetuba, que poderia ter sido modernizada com efeitos inestimáveis na renda e no emprego regionais. Numa constatação infelizmente *a posteriori*, vê-se, claramente, que o desfecho da dissolução do setor não era inevitável, como supõe o senso comum. O mais impressionante na experiência é a constatação de que o aparato tecno-burocrático das instituições de desenvolvimento sequer "olhou" para aquela economia, simplesmente não a "viu": não existe nenhum estudo, nenhuma avaliação de possibilidades, nada. O resultado foi a perda, entre meados dos anos setenta e oitenta, de aproximadamente 2.500 empregos diretos (conf. Anderson, op. cit: 105). Uma perda fantástica considerando que em 1985 todos os empregos gerados no Pará pela política de incentivos fiscais na agropecuária não passavam de 3.124 (ver Costa, 1991a:346).

fundados na diversidade biológica - sustentáveis do ponto de vista ecológico e viáveis do ponto de vista econômico.

4. Onde esses novos padrões técnicos vêm se estabelecendo verifica-se uma alteração do padrão de absorção de produtos industriais de consumo corrente ou durável.

5. As mudanças nos padrões tecnológicos vêm se fazendo com base na ampliação e não na redução da diversidade biológica.

6. O fenômeno acima relatado, expresso nos valores médios, não apresenta-se igualmente para todas microrregiões: ele é tanto mais intenso quanto mais antiga e densamente povoada for a microrregião, chegando a ser inexistente nas áreas tipicamente de fronteira onde prevalece a *shifting cultivation* (a agricultura de queima e coivara)²⁶.

6. Em municípios e comunidades que alteraram os fundamentos da produção e intensificaram os sistemas mais tempo começam a apresentar-se limites de mercado²⁷.

A dinâmica real demonstra, assim, em primeiro lugar, que há possibilidades de um desenvolvimento agrícola com elevado grau de sustentabilidade, baseado na agricultura familiar diversificada e fundamentada em cobertura vegetal permanente e adaptada às condições tropicais - totalmente fora dos padrões dos complexos agro-industriais dominantes e pouco perceptível pelos seus critérios. Em segundo lugar, que há uma convergência (ou possibilidade de convergência), sob condições dadas, das demais formas camponesas no sentido dessa agricultura mista (silvi-agricultura ou agri-silvicultura). Em terceiro lugar, as estruturas existentes de agricultura sustentável não se constituem em estruturas consolidadas - carecendo para isso da organização de formas que ao mesmo tempo viabilizam economicamente a reprodução camponesa e garantam a continuidade da diversidade biológica como fundamento da base técnica.

Aqui encontramos o núcleo de uma inovadora atuação do Estado Nacional na Amazônia. Ela deve:

Valorizar as práticas sociais em andamento. Isto quer dizer que a intervenção do Estado deve partir do reconhecimento das diversidades presentes, da decodificação de suas lógicas, da percepção de suas virtualidades, da visualização pela investigação dos seus limites.

A ação do Estado deve supor, pois, o *conhecimento* do pré-existente tanto no campo da sócio-economia, quanto da tecnologia. O primeiro permitirá perceber virtualidades e limites sócio-

26 Estamos aqui baseados em dados dos anos oitenta. Em visita recente a Conceição do Araguaia pude constatar mudanças substanciais nos sistemas de produção locais. Nos preparamos para investigar de forma sistemática aquela área.

27 Esta é uma questão de central interesse não explorado neste trabalho por falta de espaço. Estamos tratando-a mais profundamente no âmbito do estudos que fazemos das mudanças que se processaram no município de Capitão Poço.

econômico-culturais das diversas estruturas e o segundo deverá ancorar a pesquisa agrônômica nas possibilidades por elas demonstradas - e não unicamente numa idealização laboratorial²⁸.

☐ Em áreas de fronteira atuar no sentido de facilitar a passagem da *shifting cultivation* para uma agricultura complexa. Aqui será de fundamental importância, entre outras, ações no sentido de busca, compreensão, melhoramento e disseminação sistemática das experiências e saberes indígenas e camponeses sobre "adequação" econômica das capoeiras;

☐ Em áreas de extrativismo atuar no sentido de facilitar a passagem para uma silvi-agricultura tropical. Aqui será de fundamental importância o desenvolvimento de técnicas de "adequação" econômica das florestas;

☐ Em áreas onde já se encontra em desenvolvimento uma agricultura complexa, com grande número de atividades e produtos, facilitar a inserção de seus produtos no mercado. Aqui será de fundamental importância atuar no sentido de promover uma industrialização flexível e descentralizada (um modelo de micro ou mini-agroindústria polivalente, contrariando o modelo dominante nos CAI); também no sentido de criar/ampliar os mercados nacional e internacional de frutas, óleos, peixes, plantas medicinais, fármacos etc. regionais.

☐ Localizar, compreender, melhorar e difundir os sistemas integrados agrônômicos, de industrialização e de comercialização que, experimentados na prática, vêm apresentando capacidade de sustentação.

☐ Desenvolver, como cerne da pesquisa agropecuária na região, um programa de ciência e tecnologia apropriada fundada em sistemas de produção familiares.

☐ Induzir à extensão rural na região a se adequar às necessidades da agricultura familiar.

Uma tal política agrícola, uma vez orientada pela prática social que demonstra maior capacidade de sustentabilidade estrutural da agricultura familiar - e incapacidade da grande exploração atender os requisitos da diversidade biológica necessária - terá que se fazer acompanhar de uma política agrária que estabeleça as relações de propriedade necessárias à consolidação das estruturas camponesas na região, reduzam a pressão demográfica sobre as áreas amazônicas e o conflito entre estruturas.

A desconcentração da propriedade da terra, da renda e do saber tecnológico deverá ser uma subjacência das políticas públicas e do planejamento. Que atuará, também, na formação de uma identidade e no fortalecimento, enquanto sujeito, de uma classe camponesa, principalmente pelos processos de transformação dos saberes técnicos agrônômicos e organizativos, desenvolvidos

28 A crítica, aqui embutida, não destina-se apenas às posturas das instituições do Estado que têm sistematicamente tentado impor à realidade - diversa e socialmente construída - um conjunto de técnicas inadequadas (o que significa inassimiláveis), pois puramente laboratoriais, unificadoras e homogeneizadoras. Também iniciativas de Organizações Não Governamentais (e similares) têm procurado fazer prevalecer *modelos* de diversidade (cada uma o *seu*), igualmente laboratoriais, redutores e impositivos. Reclama-se, aqui, a falta de conhecimento sobre a realidade na qual se intervêm, comum à maioria das iniciativas em ambos os campos institucionais.

pontualmente, em conhecimento de todos, nos momentos de organização das relações com o mercado e nos momentos das relações com as instituições, onde se destacarão aquelas que lidam com a propriedade da terra, pois em todos esses momentos se desenvolverão necessariamente noções de pertinência a universos sociais mais amplos, seus mecanismos de solidariedade e conflito.

Referências

- ANDERSON, S. D. (1991). *Engenhos na Várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia*. In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 101-121.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. (1974). *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- BOSERUP, E. (1988). *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. Ed. Hucitec, São Paulo.
- BROSIUS, G. (1989). *SPSS/PC+: Advanced Statistics und Tables*. McGraw-Hill, Hamburg.
- BUNKER, S. (1985). *Underdeveloping the Amazon*. Urbana, Chicago.
- CHAYANOV, A. (1923). *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft: Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau*. Verlag Paul Parey, Berlin.
- _____, (1974). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires.
- COSTA, F. de A. (1989). *Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken - Fort Lauderdale.
- _____. (1991a). *Estado e Grande Capital na "Fronteira Agrícola" Amazônica*. In: Anais do 19º Encontro Nacional de Economia. Curitiba, ANPEC. Vol. 3, pp. 327-353.
- _____. (1991b). *Valor e Preço, Exploração e Lucro da Produção Camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola*. In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 177-203.
- _____. (1992). *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém, SEPEQ/NAEA.
- _____. (1993). *O Desenvolvimento Agrícola dos Anos Oitenta no Estado do Pará e sua Fontes de Financiamento*. In: Cadernos do NAEA No. 11. NAEA, Belém, 1993 .
- _____. (1995a). *O Investimento Camponês: considerações teóricas*. In: Revista de Economia Política. Vol. 15, N.1, Jan/Março.
- _____. (1995b). *Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade: elementos teórico para um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia*. In: Cadernos do NAEA N. 12.
- _____. (Org.) (1994). *Estatísticas Básicas para Pesquisa e Planejamento Agropecuário da Região Norte*. NAEA/SACTES, Belém. 2 V.
- ELLIS, F. (1988). *Peasant Economics: Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge.
- FEDORENKO, N. P. et alii (1971). *Mathematik und Kebernetik in der Ökonomie*. Verlag die Wirtschaftt, Berlin.
- FRIEDRICH, J. (1985). *Methoden empirischer Sozialforschung*. Westdeutscher Verlag, Opladen.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1994). *O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária*. In: STEDILE, J. P. A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1994. pp. 137-143.
- HAYAMI, Y. e RUTTAN, V. W. (1985). *Agricultural Development: a international perspective*. The John Hopkins Press, Baltimore, 1985.

- HAMELIN, P. (1991). *O Fracasso Anunciado*. In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 161-176.
- HECHT, S. B. et alii (s.d.). *The Economics of Cattle Ranching in Eastern Amazonia*. Graduate School of Architecture and Urban Planning. University of California.
- HIRSCHMAN, A. O. (1969). *National power and the structure of foreign trade..* Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- IANNI, O. (1978). *A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- _____ (1979). *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. 1964-1978*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- IPEA-COMIF (1986). *Relatório de Avaliação do Incentivos Fiscais*. Brasília, IPEA.
- LINHARES, M. Y. et alii (1981). *História da Agricultura*. Brasiliense, São Paulo.
- LIPTON, M. (1982). *Why poor people stay poor*. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 66-81.
- _____, (1982). *Game against nature: theories of peasant decision-making*. In: Harriss, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 258-268.
- MENDES, A. D. (1978). *O Anúncio de uma Nova Amazônia*. In: Costa, J. M. M. da (Coord.) *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*. IPEA, Rio de Janeiro.
- MUELLER, C. e PENNA, J. A. (198). *Fronteira Agícola, Tecnologia e Margem Intensiva: Algumas Reflexões sobre o Papel desses Fatores para o Crescimento Agrícola Brasileiro*. In:
- MULLER, G. (1987). *O Agrário Brasileiro e a Medição do Dinâmico e do Atrasado*. In: Lavinhas, L. (Org.) *A urbanização da fronteira*. pp. 1-28.
- MYRDAL, G. (1972). *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvida*. Saga, Rio de Janeiro.
- TOMOLO, A. e UHL, C. (s.d.). *Avaliação da Sustentabilidade Econômica e Ambiental da Intensificação da Agricultura em Pequena Escala numa Área de Ocupação Antiga na Amazônia Oriental: o caso de Uraim*. Belém (mimiografado).
- TEPICHT, J. (1973). *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Librairie Armand Colin, Paris.